

4º DISTRITO DE PORTO ALEGRE: UM PANORAMA HISTÓRICO-TEMÁTICO DOS PLANOS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS DAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS (1991 - 2021)

4TH DISTRICT OF PORTO ALEGRE: A HISTORICAL-THEMATICAL OVERVIEW OF GOVERNMENTAL PLANS AND ACTIONS OF THE LAST THREE DECADES (1991 - 2021)

Cesar Wagner¹

Lucia Camargos Melchiors²

RESUMO

Nas últimas três décadas, uma série de planos e projetos foram elaborados pela Prefeitura de Porto Alegre visando a reestruturação urbana do seu antigo distrito industrial: o 4º Distrito. Através do resgate e análise destas propostas, este artigo propõe uma sistematização histórico-temática dos planos e ações governamentais para a revitalização e reconversão econômica da área. Examinando as circunstâncias que levaram à concepção dessas propostas, é possível identificar e caracterizar três períodos distintos: Período Tecnológico, de 1995 a 2004; Período Copa do Mundo, de 2006 a 2009; e Período Consorciado, de 2013 a 2016. Estes períodos, representativos tanto de posições político-ideológicas como das dinâmicas econômicas e espaciais que preconizavam, são também ilustrativos da falta de continuidade das suas políticas, planos e ações.

Palavras-chave: 4º Distrito de Porto Alegre. Reestruturação urbana. Projetos urbanos. Planejamento Urbano. Políticas Públicas.

1 Professor titular na Escola de Arquitetura da UNITEC, Institute of Technology, Auckland, Nova Zelândia. Sua pesquisa se concentra no estudo dos espaços públicos (morfologia e experiência sensorial), na intensificação habitacional (projetos e políticas), e nas questões da sustentabilidade em projetos de desenvolvimento urbano (políticas e planos). Membro do Conselho Consultivo em Espaço Público do Grupo de Pesquisa City Space Architecture, Itália (2021).

2 Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2002), Especialização em Patrimônio Cultural em Centros Urbanos pela UFRGS (2007), Mestrado (2014) e Doutorado (2019) em Planejamento Urbano e Regional pelo PROPUR/UFRGS. Tem experiência docente em cursos de Arquitetura e Arquitetura Paisagística no Brasil, China e Nova Zelândia. No Brasil, foi professora dos cursos de Arquitetura da UNIVATES, UNIFIN e professora substituta no Departamento de Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FA-UFRGS. Em 2016 lecionou como professora visitante na Shandong Jianzhu University em Jinan, China. Atualmente leciona nos cursos de Arquitetura e Arquitetura Paisagística no Unitec Institute of Technology em Auckland, Nova Zelândia. Tem experiência na área de patrimônio, arquitetura, com ênfase em projetos de edificações, e planejamento urbano, com ênfase em estudos da habitação. Atualmente desenvolve pesquisas nas áreas de educação e planejamento urbano e regional.

ABSTRACT

Over the last three decades, a series of plans and projects have been developed by the City of Porto Alegre government aiming at the urban restructuring of its former industrial district: the 4th District. Through the recovery and analysis of these proposals, this article proposes a historical-thematic systematization of government plans and actions for its revitalization and economic reconversion. Examining the circumstances that led to the conception of these proposals, it is possible to identify and characterize three distinct periods: Technological Period, from 1995 to 2004; World Cup Period, from 2006 to 2009; and Consortium Period, from 2013 to 2016. These periods, representing both political-ideological positions and the economic and spatial dynamics they advocated, are also illustrative of the lack of continuity in their policies, plans and actions.

Keywords: 4th District of Porto Alegre. Urban restructuring. Urban projects. Urban planning. Public policy.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, diversas propostas foram elaboradas pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) visando à reestruturação urbana do seu antigo distrito industrial: o 4º Distrito. A partir de pesquisa documental e entrevistas com profissionais técnicos que participaram dessas ações, o presente artigo resgata e analisa os planos e projetos governamentais desenvolvidos para a área nas últimas três décadas (1991 - 2021).

Os anos noventa evidenciaram o novo interesse na região, tanto à nível governamental, com a criação do Projeto Porto Alegre Tecnópole, como científico e acadêmico, com a produção de livros, monografias, dissertações e teses que destacavam a identidade própria desta porção da cidade³. No decorrer das seguintes décadas, outros planos, projetos, e ações foram se sucedendo, assim como as diferentes administrações públicas, porém, sem apresentarem mudanças significativas na reestruturação da área.

Observando o conjunto destas propostas, em seu contexto histórico, político e econômico, é possível identificar três períodos distintos motivados tanto por posições político-ideológicas como por oportunidades de

3 Dentre os documentos produzidos neste período, poderíamos destacar: a) "Alternativa Ambiental para um Parque Tecnológico na Região Metropolitana de Porto Alegre: A Redescoberta de Navegantes", Especialização em Pós-Graduação. Autora: Ghissia Hauser, 1994-1995; b) "Projeto Humaitá - Navegantes: o resgate da cidadania", Boletim Gaúcho de Geografia. Autora: Tânia Marques Strohaecker, 1995; c) "Revitalização urbana do 4º Distrito". Autor: Eng. Breno Ribeiro, 1997; d) "Porto Alegre Tecnópole: Uma estratégia de desenvolvimento", Monografia na área de Ciências Econômicas. Autor: Cássio Moreira, 1999; e) "Revitalização de áreas urbanas - um estudo de caso: a rua Voluntários da Pátria", Dissertação na área do urbanismo. Autora: Maria da Graça Sebben, 1999.

ocasião. Aqui, os definimos como: 1) **Período Tecnológico**, de 1995 a 2004; 2) **Período Copa do Mundo**, de 2006 a 2009; e 3) **Período Consorciado**, de 2013 a 2016. Uma série de eventos foram analisados e levados em consideração para se chegar à proposição desta classificação. A seguir apresentaremos e discutiremos, em detalhes, os três períodos, seus planos e as condições que levaram a elaboração destas propostas.

1 PERÍODO TECNOLÓGICO (1995-2004)

1.1 Projeto Porto Alegre Tecnópole (PAT): 1995

Este período inicia com a criação do **Projeto Porto Alegre Tecnópole** (PAT), em 1995⁴, com o objetivo de produzir um conjunto de ações tecnopolitanas capazes de valorizar as competências em ciência e tecnologia já existentes na região de influência econômica de Porto Alegre, possibilitando assim o redirecionamento deste potencial para a reestruturação do território⁵. Jorge Piqué (2017, p.8) chama atenção para a importância dada ao 4º Distrito durante as discussões iniciais deste projeto:

Na discussão pública de diversos projetos para Porto Alegre, no primeiro Congresso da Cidade, realizado neste mesmo ano [1993], o 4º Distrito aparece como um dos temas importantes. Especialmente o Projeto Tecnópolis trazia a discussão do papel da tecnologia e da inovação como fatores de desenvolvimento da cidade, sendo que a prefeitura publicou em 1993, “Tecnópolis: desenvolvimento tecnológico no mundo e o caso de Porto Alegre”, de Roberto Spolidoro. Essa proposta de utilizar a tecnologia como ferramenta de desenvolvimento urbanístico resultou em 1994 na ideia de desenvolver o Parque Tecnológico do 4º Distrito [...].

O termo tecnópole, aqui empregado, advém de um processo de interação da pesquisa universitária com empreendimentos privados e a parceria da administração pública - baseado no Modelo Tríplice Hélice de Inovação -, com vistas ao desenvolvimento econômico e social de uma determinada região (HAUSER, 1995). O PAT teria como finalidade preparar

4 Termo de Cooperação assinado em 1995: “Em 31 de julho de 1995 foi assinado um Termo de Cooperação do Projeto Porto Alegre Tecnópole, entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, as Universidades (UFRGS, PUC e Unisinos), o SEBRAE e a FIERGS.” (HAUSER, 1995, p.15).

5 A iniciativa de implantar o projeto tecnópolis no Brasil, “[...] faz parte de um convênio de cooperação entre os governos brasileiro e francês, que selecionou as duas cidades [Porto Alegre e Uberlândia] devido à infra-estrutura científica e tecnológica apresentada.” (Correio do Povo, 22/01/95 apud HAUSER, 1995, Anexos).

e equipar Porto Alegre, e sua Região Metropolitana, para enfrentarem os desafios trazidos pela sociedade do conhecimento⁶. Através do subprojeto Regiões de Potencial Tecnológico (REPOTs), de 1996, o PAT identificou quatro polos de vocações específicas distribuídos em diferentes localidades de Porto Alegre e sua Região Metropolitana, conformando assim “[...] uma Tecnópole Poli-Nucleada (RECH e MORAES, 1996) apresentando vários ambientes de inovação interconectados, [...]” (HAUSER; MORAES; RECH, 1997, p.24), sendo a **área** do 4º Distrito indicada como Polo Eletroeletrônico (Figura 1.).

A identificação da área do 4º Distrito como um polo de competências eletroeletrônico é resultado, dentre outros fatores, do estudo realizado pela arquiteta Ghissia Hauser, técnica da METROPLAN (Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional do Rio Grande do Sul), em seu trabalho de especialização intitulado “Alternativa Ambiental para um Parque Tecnológico na Região Metropolitana de Porto Alegre: a Redescoberta de Navegantes” (HAUSER, 1995). Neste estudo, realizado no ano de 1995, Ghissia entrevistou empresários do complexo eletrônico da Região Metropolitana de Porto Alegre, constatando que:

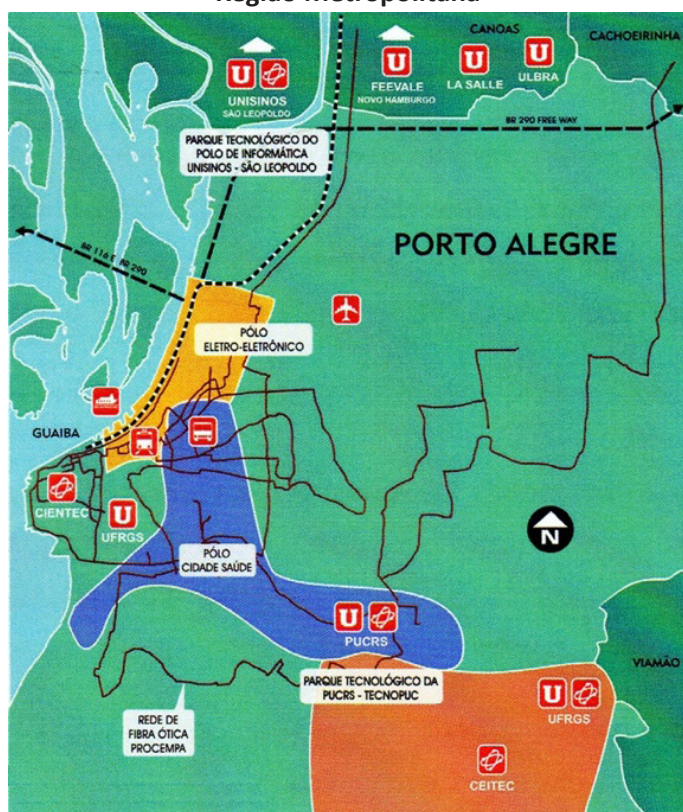
[...] a região de Navegantes (São Geraldo, Navegantes, Floresta) apresentava uma forte concentração destas empresas, contando com 40% das empresas do complexo eletrônico da região metropolitana. Na mesma pesquisa, os empresários justificavam a escolha desta localização pela facilidade de acesso ao local, a existência de serviços como bancos e restaurantes, a disponibilidade de prédios desocupados, o valor dos imóveis e a centralidade da área em relação à cidade (HAUSER; MORAES; RECH, 1997, p. 25).

A área do 4º Distrito passa assim, a partir deste momento, a fazer parte novamente das discussões e decisões de governo, mas agora não mais como um problema - uma zona industrial em esgotamento e marginalizada -, mas como parte da solução, através do desenvolvimento tecnológico e do incentivo à descentralização econômica e espacial da cidade (PMPA, 1993). A exemplo do ocorrido nos Jogos Olímpicos de 1992, com os bairros indus-

6 “A revolução tecnológica e a globalização econômica alteraram radicalmente os processos produtivos, o ciclo dos produtos e as relações de mercado, bem como as relações sociais e de trabalho, gerando um novo paradigma, uma nova sociedade baseada no conhecimento e na informação. Este novo paradigma, denominado sociedade do conhecimento, vem produzindo mudanças profundas na estrutura das cidades e das regiões, criando, nestas, a necessidade de se prepararem para enfrentar novos desafios e de aproveitar oportunidades que lhes confirmem inserção competitiva.” (HAUSER; ZEN; LOPES, 2004, p. 43).

triais localizados próximos à área central de Barcelona, o 4º Distrito passa a ser visto como o nosso *Poblenou*: uma região estratégica para a cidade, na promoção de novas economias, urbanidades e arranjos público-privados de financiamento das infraestruturas urbanas. Não podemos esquecer que esta sugestão estava atual e corrente à época, remetendo-nos à palestra proferida pelo espanhol Jordi Borja, “Participação Popular e Planejamento Participativo - A Experiência de Barcelona”, durante os eventos do Projeto Porto Alegre Mais - Cidade Constituinte, em 1993. (PMPA, 2015a).

Figura 1 - A localização das REPOT em Porto Alegre e na sua Região Metropolitana



Fonte: (HAUSER, 2004a, p.22).

O Projeto Porto Alegre Mais - Cidade Constituinte, desempenhou um importante papel na construção dos mecanismos de consulta e participação da sociedade civil organizada na democratização do processo de planejamento urbano da cidade. Dentre os mais significativos, assim como o Orçamento Participativo, podemos destacar a realização do 2º Congresso

da Cidade, em 1995. Com o tema “O Lugar de Todas as Coisas”, o congresso se dedicou a tratar da revisão do antigo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), vigente desde 1979, e da formulação de um novo plano, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), promulgado em 1999 (PMPA, 2000).

No novo Plano Diretor, também referido como o 2º PDDUA, a área do 4º Distrito é destaque, principalmente, nas Estratégias de: Qualificação Ambiental - como Bairro de Interesse Cultural (PMPA, 2000, p.22) e Recuperação Paisagística (Ibid., p.24); Promoção Econômica - como região destinada a Revitalização Econômica e Tecnópolis (Ibid., p.26) (Figura 2); Produção da Cidade (ibid., p.29); e Estruturação Urbana, através dos elementos estruturadores do modelo espacial Corredores de Centralidade e Corredores de Urbanidade (Figura 3.).

Figura 2 - Mapa da Estratégia de Promoção Econômica, no 2º PDDUA, priorizando ações de Revitalização Econômica e Tecnópolis junto à região do 4º Distrito de Porto Alegre



Fonte: Imagem extraída do mapa Estratégia de Promoção Econômica - ações prioritárias, 2º PDDUA de Porto Alegre (PMPA, 2000, p.26).

Figura 3 - Mapa das Macrozonas e da Estruturação Urbana, no 2º PDDUA, indicando a região do 4º Distrito como um Corredor de Urbanidade



Fonte: Imagem extraída do mapa Macrozonas, 2º PDDUA de Porto Alegre (PMPA, 2000, p.35).

Além das Estratégias, “[...] que são a referência maior do plano [...]” (ALBANO, 2001, p.3), o novo instrumental inclui Projetos Especiais Integrados e Operações Consertadas, que substanciam a compreensão da necessidade de parcerias, trocas e articulações entre os diferentes agentes públicos e privados. Abrindo, assim, espaço para um planejamento mais projetual e menos normativo (DAMASIO, [20--], p.1). Para tanto, este processo requer, além de uma maior participação social nos diferentes níveis de formulação dos planos e políticas públicas, uma melhor integração entre as secretarias e a (re)qualificação do seu corpo técnico.

Segundo Milton Cruz (2006, p.116):

Após o encaminhamento do novo projeto de lei do PDDUA ao Legislativo, o Executivo tomou iniciativas que objetivavam reestruturar a SPM [Secretaria do Planejamento Municipal] para o planejamento e a gestão, de acordo com as concepções do novo Plano Diretor.

Uma das primeiras iniciativas tomadas foi a contratação da Fundação CEPA (Centros de Estudios y Proyectos del Ambiente)⁷, para a realização de oficinas e seminários mensais junto à algumas secretarias da PMPA, com o objetivo de treinar seu corpo técnico dentro de uma metodologia baseada no plano-processo, buscando a consolidação de uma prática mais projetual no planejamento (ALBANO, 2001). De um desses seminários, direcionado à elaboração de um projeto integrado para a área do 4º Distrito - Projetos Integrados TEC 4 -, resultou a proposta “Projeto de Modernização Produtiva e Inovação Tecnológica no 4º Distrito: Desafios para a Construção de um Habitat de Inovação”, de 1998 (PMPA, 1998).

1.2 Projeto Integrado TEC do 4º Distrito (PIT-4D): 1998

Elaborado em conjunto pelas Secretarias Municipais da Produção, Indústria e Comércio (SMIC) - responsável pela gerência do projeto -, Planejamento (SPM), Cultura (SMC), Departamento de Esgotos Pluviais (DEP), Companhia de Processamento de Dados (PROCEMPA), e sob a consultoria dos arquitetos Ruben Pesci, Jorge Perez, e da geógrafa Lucia Pesci (Fundação CEPA), o **Projeto Integrado TEC do 4º Distrito (PIT-4D)**, de 1998, pode ser considerado o primeiro projeto - governamental e intersetorial - a propor estratégias de revitalização urbana e reconversão econômica para a área do 4º Distrito de Porto Alegre.

A proposta, elaborada durante o período de um ano (março a dezembro de 1998), baseava-se nos conceitos de Região de Potencial Tecnológico (REPOT) - gatilho para o desenvolvimento econômico da área, visando promover a inovação tecnológica com a “[...] presença de indústrias não poluentes e não geradoras de externalidades negativas na região.” (PMPA, 1998, p.2) -, e nos elementos projetuais e estruturadores do espaço urbano (Centros de Bairro, Corredores de Urbanidade, Sistema de Espaços Abertos) contidos no novo Plano Diretor. A área se organizava em um Perímetro Preferencial (com área aproximada de 250ha), delimitado pela Rua Voluntários da Pátria, avenidas Sertório e Farrapos, e a 1ª Perimetral (na altura do Terminal Rodoviário), e um Perímetro de Intervenção Prioritária (com área aproximada de 80ha), contido entre as ruas Voluntários da Pátria, Comendador Tavares, Santos Dumont e Paraíba (PMPA, 1998) (Figuras 4. e 5.).

7 Trata-se de fundação de pesquisa e consultoria com sede em La Plata, Argentina, vinculada à Facultad Latinoamericana de Ciencia Ambientales (FLACAM). Em 1996, a Fundação CEPA prestou consultoria metodológica para a elaboração do PDDUA (ALBANO, 2001, p.30), e orientou, em 1998, os projetos integrados da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (Ibid., p.42).

Figura 5 - Perímetros de Interesse do Projeto Integrado TEC do 4º Distrito, de 1998.



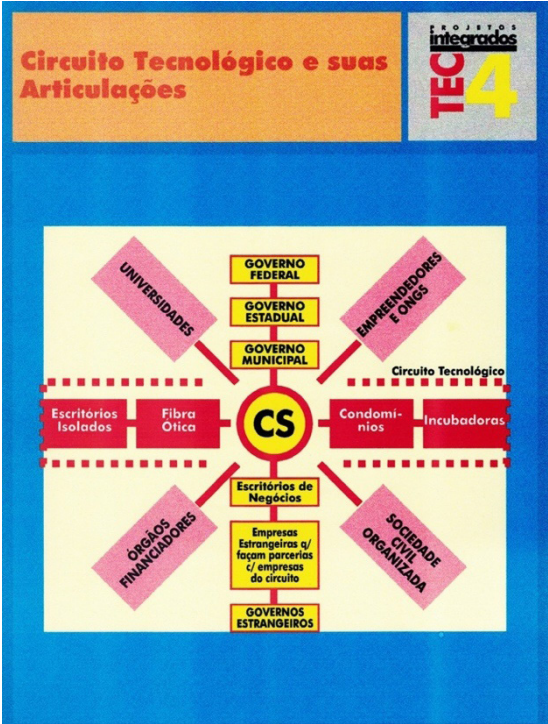
Fonte: (PMPA, 1998, p.7).

O projeto se estruturava a partir da implementação de um Centro de Serviços (CS) e um Circuito Tecnológico (CT), aos quais outras atividades complementares (condomínio de empresas de base tecnológica, incubadoras, escritórios de negócios) se acoplariam definindo uma rede espacial, tendo a Rua Voluntários da Pátria como espinha dorsal deste arranjo. Parte da estratégia para a revitalização urbana e resgate do patrimônio cultural e histórico da área estava na identificação e seleção de prédios com tipologias de antigas indústrias, depósitos ou transportadoras⁸ - compatíveis

⁸ Dentre os prédios mais significativos identificados e selecionados para serem os Núcleos / Nós neste Circuito Tecnológico destacamos: a fábrica Neugebauer, a antiga Gerdau

com a perspectiva de reciclagem - para a instalação desses Núcleos, ou Nós, que articulariam espacialmente o CT (Figuras 6. e 7.).

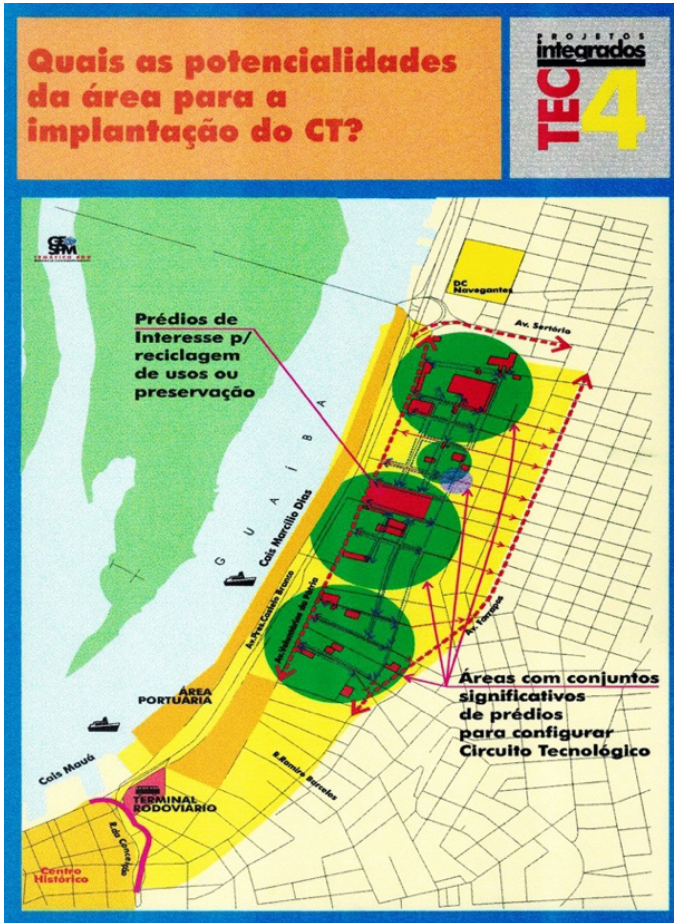
Figura 6. Circuito Tecnológico e suas articulações no Projeto Integrado TEC do 4º Distrito, de 1998



Fonte: (PMPA, 1998, p.11).

(conhecida pela fabricação de móveis), o antigo Cinema Navegantes, a transportadora Javali, a Ughini, indústria Fiateci e fábrica da Brahma (ALBANO, 2001, p.82, 107).

Figura 7. Conjunto de prédios significativos para a implantação de um Circuito Tecnológico, no Projeto Integrado TEC do 4º Distrito, de 1998



Fonte: (PMPA, 1998, p.13).

Apesar das limitações presentes na estrutura administrativa, técnica e política para lidar com as complexidades e exigências de um processo projetual concertado em parceria, este projeto marca um momento importante na conscientização coletiva - ao menos na esfera governamental - das potencialidades e da importância da área do 4º *Distrito para a cidade de Porto Alegre e sua Região Metropolitana. Foi a partir deste projeto, que se iniciaram* várias frentes de trabalho capitaneadas por secretarias que haviam estado, inicialmente, envolvidas na elaboração do PIT-4D.

A Secretaria do Planejamento Municipal (SPM), através do então

instituído Grupo de Revitalização Urbana do 4º Distrito⁹, continuou trabalhando, entre 1998 e 2001, as questões propostas no PIT-4D, procurando “[...] aprofundar alguns conteúdos com vistas a um melhor conhecimento das potencialidades urbanísticas da área.” (ALBANO, 2001, p.112). Considerando que o projeto não avançou como uma prioridade de governo, o grupo desenvolveu projetos pontuais em parceria com outras secretarias (Projeto de Arborização para a Av. Farrapos; Projeto de Qualificação Ambiental de parte da Av. Pres. Franklin Roosevelt - Espaço Roosevelt; Projeto Eixo Estruturador Rua Voluntários da Pátria), e buscou discutir, de forma concertada e intersetorial, as interfaces do PIT-4D com outros projetos de interesse governamental no entorno mais imediato (Projeto Integrado da Zona Norte; Projeto Orla do Guaíba; Projeto Porto Organizado; Projeto de Revitalização da Área Central).

1.3 Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito (PTU-4D): 2002

Outro trabalho de grande importância, alinhado ao Projeto Porto Alegre Tecnópole e ao conceito das REPOTs, de promover o desenvolvimento econômico da área através de iniciativas de base tecnológica, foi a proposta do **Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito** (PTU-4D), de 2002. Coordenado pela arquiteta Guissia Hauser, entre fevereiro de 2002 e março de 2005, junto a Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio (SMIC) - Supervisão de Desenvolvimento Tecnológico (SDTEC) -, o projeto contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e apoio do CEITEC (Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada)¹⁰, PROCempa (Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre) e METROPLAN (Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e regional).

Segundo Gissia Hauser (1995, p.24):

Os parques tecnológicos podem ter um significado simbólico muito importante, por representarem uma forma palpável de comprovação da existência de um processo tecnológico numa determinada região, materializado através da qualificação de um território. Os parques tecnológicos

9 Grupo técnico vinculado ao 4º Distrito (ALBANO, 2001, p.113).

10 A princípio, a possibilidade de instalação da sede do CEITEC - MOTOROLA (à época se chamava Centro de Excelência *Íbero-Americana* em Tecnologia Avançada) na área do 4º Distrito, acelerou o projeto PTU-4D, de 2002. Entretanto, “[...] a ideia de implantação do CEITEC naquele local teve de ser abandonada, pois o solo naquela área é inadequado, já que produz um nível de vibrações superior ao aceitável pelos instrumentos de precisão microeletrônica do CEITEC.” (HAUSER, 2004a, p.24).

facilitam o reconhecimento visual da existência de uma tecnópolis, cujas principais bases e características residem nos acordos institucionais e nas formas de gestão. Em muitos casos, os parques tecnológicos são utilizados como elementos estruturadores de um espaço tecnopolitano.

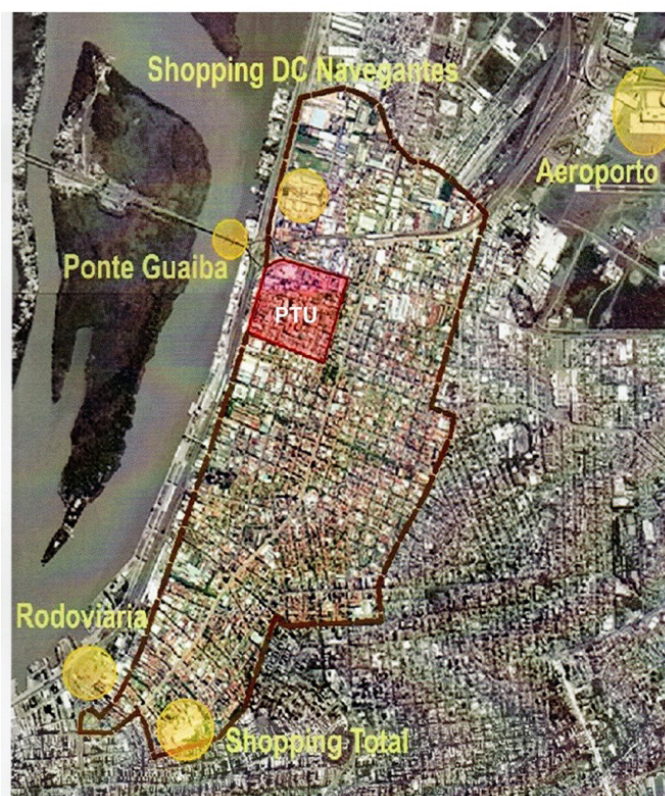
Diferentemente dos parques tecnológicos fechados, o PTU-4D se propunha a ser um parque aberto, inserido na malha urbana do 4º Distrito, e, por conseguinte, gerador de externalidades positivas para a região:

Este modelo de parque tecnológico contrapõe-se ao tradicional, normalmente estruturado em áreas delimitadas, como os distritos industriais, e que necessitam de elevados investimentos financeiros. O parque urbano aberto aproveita-se da infra-estrutura de serviços já existente na área, reduzindo os investimentos necessários para a execução do projeto. Além disso, no caso de Porto Alegre, o empreendimento constitui-se em um instrumento de revitalização de uma importante área de cidade (HAUSER, 2004b, p.81).

Elaborado com referência nas experiências de Barcelona¹¹ (Projeto 22@Barcelona) e do Porto Digital, em Recife, a proposta sugeria a delimitação de um polígono formado pela Rua Voluntários da Pátria, as avenidas Sertório e Presidente Franklin Roosevelt, e a Rua Cairú, totalizando uma área de 26ha, como área de intervenção do PTU-4D (Figura 8.). A primeira ação seria a instalação de uma Central Tecnológica (CETEC) na área de intervenção - para efeito demonstrativo -, junto a um prédio já adquirido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, no ano de 2000, para este fim. Nas fases seguintes, estaria prevista a realização de intervenções nos demais prédios e terrenos da área, com o objetivo de atrair outros usos - residencial, comercial, lazer -, assim como a capilarização da rede de fibra ótica em toda a área do parque, “[...] dado que a transmissão de dados em alta velocidade é fator imprescindível para a atração de empresas de base tecnológica para a região.” (HAUSER, 2004a, p.41). Processo este desenvolvido em parceria com a PROCEMPA, na busca do melhor traçado para a instalação de uma rede pública de fibra ótica em todas as REPOTs.

11 As prefeituras de Porto Alegre e Barcelona cooperavam, deste 1999, na busca de soluções para a área do 4º Distrito. Em abril de 2000 foi realizado o 1º Encontro Porto Alegre - Barcelona. Em 2002, o arquiteto Josep Maria Llop Torné, e o economista Rafael González Tormo (diretor do Projeto 22@Barcelona), ambos catalães, foram consultores da proposta do Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito (HAUSER, 2004a, p.25).

Figura 8 - Delimitação da região do 4º Distrito, com a localização da área do Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito, de 2002.



Fonte: (HAUSER, 2004a, p.27).

A proposta especificava diretrizes, modelos de gestão (administrativa e financeira) e aspectos jurídicos, estimando a conclusão da estruturação do projeto PTU-4D para junho de 2005, com o início da implantação do parque para agosto do mesmo ano (HAUSER, 2004b, p.82). Nas considerações finais sobre a proposta, a coordenadora do projeto, Ghissia Hauser, alerta para o fato de que:

O resultado final do projeto Parque Tecnológico Urbano do IV Distrito de Porto Alegre dependerá, portanto, deste projeto inicial [CETEC] e das definições subsequentes, de caráter prático e simbólico, que atendam a necessidades de identidade, de participação e de mercado e que exigem flexibilidade e dinamismo. Para tanto, o projeto necessita dispor de mecanismos de auto-regulação, de interação e de ajuste durante o próprio processo de realização para

dar sentido às novas ações, sem abandonar os espaços edificados em outros momentos do passado. Em suma, a concertação dos interesses dos múltiplos agentes públicos e privados é condição *sine qua non* para o sucesso do PTU (HAUSER, 2004a, p.45).

Já era possível identificar, ao examinarmos o Plano Plurianual Municipal (PPAM) correspondente ao quadriênio 2002-2005, uma certa divisão e, por consequência, a perda de força entre as ações empreendidas pela SMIC e pela SPM para a área do 4º Distrito¹². Diferentemente de trabalharem como uma equipe colaborativa, multidisciplinar e intersetorial, para o desenvolvimento de um mesmo projeto estruturador¹³ do “Distrito Tecnológico da REPOT de Navegantes” - ação inicialmente especificada junto ao PPAM 1998-2001 (PMPA, 1997, p.76, 88) -, ambas as secretarias trabalhavam de maneira isolada e pontual, perdendo assim a possibilidade de encaminharemos uma proposta mais abrangente e global para a área (ALBANO, 2001, p. 112):

Embora durante o ano de 1998 se tenha tentado trabalhar de forma integrada, de maneira nenhuma se pode falar que houve durante os anos que se seguiram integração / articulação entre diversos organismos. Nem mesmo entre a SPM e a SMIC, responsáveis pela coordenação das questões relacionadas à revitalização urbana e ao desenvolvimento econômico, se criou uma sistemática de trabalho capaz de definir um fio condutor do projeto mais global.

Não nos foi possível determinar, com exatidão, a razão, ou razões, pelas quais os projetos PIT-4D, de 1998, e PTU-4D, de 2002-2005, não alcançaram o sucesso esperado - talvez dificuldade de articulação entre as secretarias; setores sufocados dentro de suas próprias atribuições; falta de apoio político; falta de recursos financeiros; falta de uma parceria empresarial de peso (a localização da sede do CEITEC, junto ao PTU-4D, tinha como objeti-

12 Enquanto a SMIC tinha como metas “Ampliar a área de abrangência do PAT” e “Contribuir para a implantação e consolidação do PTU-4D” (PMPA, 2001, p.141), a SPM não estava diretamente envolvida com as ramificações espaciais e urbanísticas deste projeto, ficando a sua atuação restrita, e redirecionada, à projetos pontuais “[...] de renovação e revitalização de áreas comerciais tradicionais, polos de comércio e serviços e formação de novas áreas comerciais, prioritariamente: Azenha, Presidente Roosevelt e Voluntários da Pátria” (Ibid., p.183).

13 Este projeto poderia ter sido formulado com a fusão de ambos os planos (PIT-4D e PTU-4D), uma vez que estes baseavam-se na mesma estratégia de revitalização urbana e reconversão econômica através da inovação tecnológica.

vo ser o projeto ancora para a transformação da área). Entretanto, em 2005, com a troca de partido à frente do governo municipal, o redirecionamento nos planos e nas políticas públicas foram inevitáveis. Na visão da nova gestão, tanto o PAT, como o projeto PTU-4D, estavam por demais associados às políticas - à imagem - do governo anterior. Assim, a decisão foi encerrar as suas atividades:

[...] em 1º de janeiro de 2005 ocorre a mudança política na Prefeitura de Porto Alegre, com a consequente desmontagem do projeto no 4º Distrito, que já tinha 10 anos. Com o final do projeto da Prefeitura aparecem algumas publicações, em 2005, que procuravam dar conta dos objetivos de um projeto que não existia mais. [...]. Em 22 de fevereiro de 2005 foi postada a última notícia no site POA Tecnópole, mantido pela Prefeitura, e que foi desativado pouco dias depois. (PIQUÊ, 2017, p.9).

2 PERÍODO COPA DO MUNDO (2006-2009)

2.1 Grupo de Trabalho do 4º Distrito (GT 4º Distrito): 2006

Este período teve início, em 2006, com o anúncio da criação do **Grupo de Trabalho do 4º Distrito** (GT 4º Distrito). Junto ao site da PMPA, a sua fundação é creditada à uma solicitação da própria comunidade, e à busca do desenvolvimento sustentável da região:

O GT 4º Distrito foi criado na SPM por solicitação da própria comunidade. Tem o objetivo de formular diretrizes, projetos e programas que contribuam para qualificar o espaço urbano de forma ordenada e planejada, buscando o desenvolvimento sustentável da região e melhoria da qualidade de vida. Estas ações deverão ter caráter público e privado (PMPA, [200-], p.1).

Na página da prefeitura, nenhuma menção é feita aos projetos governamentais desenvolvidos nos último oito anos para a área, e ainda que a ação de “Desenvolvimento de Parque Tecnológico” (Ação 87 - Programa: Cresce Porto Alegre), apareça referida no PPAM 2006-2009 (PMPA, 2005, p.151), nem o PAT, nem o Polo Eletroeletrônico do 4º *Distrito, são citados no Plano. Renuncia-se assim a uma política pública específica* de estímulo ao desenvolvimento de uma tecnópole na área. Segundo Jorge Piqué “O 4º Distrito havia perdido a relevância que tinha na estratégia da Prefeitura para a cidade. [...] a questão de alta tecnologia, especialmente a criação de

um polo tecnológico, foi inteiramente abandonada nas gestões seguintes da Prefeitura, [...]” (PIQUÊ, 2017, p.10).

Apesar da existência, junto ao PPAM 2006-2009, da ação “Elaboração do Projeto 4º Distrito” (Ação 57 - Programa: Cidade Integrada), tendo como produto um Plano Urbano de Revitalização (PMPA, 2005, p.133), os estudos capitaneados pelo GT 4º Distrito somente ganharam tração a partir de outubro de 2007, com a formalização do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014, e a criação, em 2008, da SECOPA (Secretaria Extraordinária para a Copa do Mundo 2014). Segundo o site da prefeitura:

Tendo como horizonte a Copa de 2014, o GT 4º Distrito está priorizando estudos para a elaboração do Projeto Urbano de duplicação para a Rua Voluntários da Pátria (trecho entre a Rodoviária e a Ponte do Guaíba). Uma das propostas é a reciclagem de usos de prédios existentes ao longo da via (inventariados e listados como interesse cultural) adaptando-os para uso residencial e/ou comercial. É uma das formas de revitalizar o 4º Distrito (PMPA, [200-], p.1).

Com as ações visando à realização da Copa do Mundo de 2014, a área de atuação do GT, assim como a representação da abrangência do 4º Distrito, foi ampliada para o norte, incluindo os bairros Farroupilha e Humaitá¹⁴ - local da futura ‘Arena do Grêmio’.

2.2 Plano de Revitalização do 4º Distrito (PR-4D): 2009

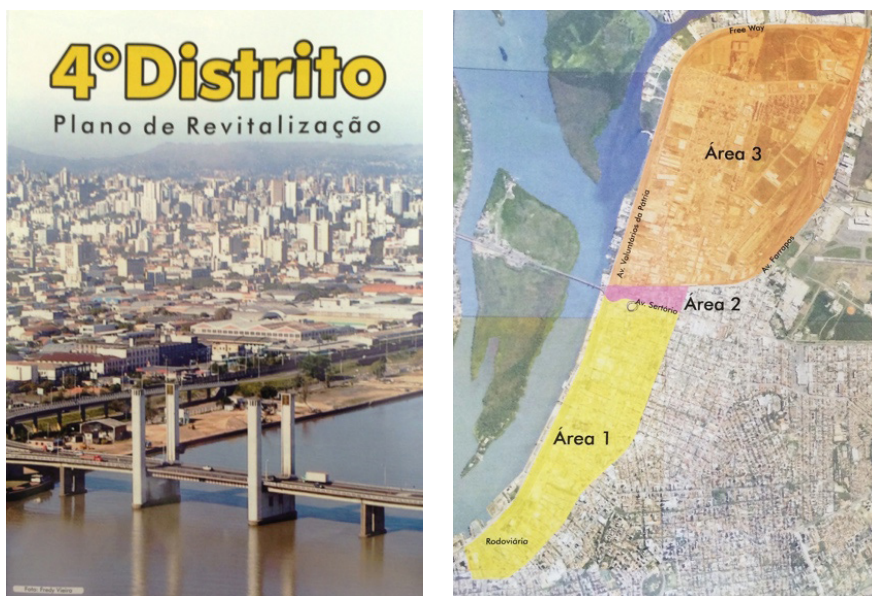
Como produto destas ações, em 2009 foi apresentado à Câmara de Vereadores o **Plano de Revitalização do 4º Distrito** (PR-4D), tendo como objetivo:

Formular diretrizes e planos concertados entre o poder público e privado que constituam respostas aos anseios e demandas da sociedade, de forma a qualificar o espaço urbano de maneira ordenada e planejada, buscando o desenvolvimento sustentável desta região e melhoria da qualidade de vida. (PMPA, 2009a, p.4)

14 Em entrevista realizada com representante do setor público, identificamos que a decisão de estender a atuação do GT 4º Distrito para a Zona Norte (bairros Humaitá e Farroupilha) foi recebida com protestos pela equipe da SPM. Foi sugerido, pela equipe, a criação de um novo grupo de trabalho (e.g.: GT Zona Norte de Porto Alegre) para melhor lidar com as complexidades e especificidades desta imensa região. O pedido não foi atendido, alegando-se carência de pessoal.

A região de atuação, do PR-4D, foi dividida em três áreas de trabalho: i) Área 1 - Perímetro Preferencial; ii) Área 2 - Perímetro de Transição; e iii) Área 3 - Perímetro do PIEC (Programa Integrado Entrada da Cidade), Arena do Grêmio e entorno (Figura 9.).

Figura 9. Apresentação do Plano de Revitalização do 4º Distrito, de 2009



Fonte: Primeiras páginas do folder produzido pelo Grupo de Trabalho 4º Distrito, da Secretaria do Planejamento Municipal, como parte do Programa Estratégico: Porto do Futuro.

A Área 1 - Perímetro Preferencial, corresponde a mesma área trabalhada anteriormente no PIT-4D - igualmente referida, em 1998, pela alcinha de Perímetro Preferencial (Figura 5.). Assim como no PIT-4D, a proposta para o desenvolvimento deste Perímetro Preferencial baseava-se no mote “Revitalização Urbana e Reconversão Econômica” (PMPA, 2009a, p.21) - através da miscigenação de usos, densificação, sistema de espaços abertos, e valorização do patrimônio cultural -, incorporando também os trabalhos mais recentes realizados pela SPM¹⁵ - Projeto de Arborização para a Av. Farrapos; Projeto de Qualificação Ambiental de parte da Av. Pres. Franklin Roosevelt (Espaço Roosevelt); Projeto Eixo Estruturador Rua Voluntários da Pátria -, porém sem nenhuma menção ao Circuito Tecnológico, aos Nú-

¹⁵ De uma certa maneira, o GT 4º Distrito herdou o conhecimento técnico dos funcionários da SPM - ex-Grupo da Revitalização Urbana do 4º Distrito -, que haviam trabalhado, deste 1998, em projetos para a região.

cleos de inovação tecnológica, ou ao Parque Tecnológico Urbano (PTU-4D). De fato, salvo a vaga menção da “[...] prospecção de oportunidades para novos empreendimentos.” (PMPA, 2009a, p.21), o PR-4D não apresentava nenhuma estratégia ou política clara de reconversão e produção econômica para a área do seu Perímetro Preferencial.

A Área 2 - Perímetro de Transição, “[...] tem seu centro na Avenida Sertório, que representa um dos principais acessos à cidade desde a Ponte do Guaíba (Travessia Régis Bittencourt) e Freeway (BR 290).” (PMPA, 2009b, p.1). Região da interface entre a área sul e norte, este espaço configura-se em um polígono de estruturação complicada: uma ilha circundada por vias expressas, e uma linha férrea (TRENSURB) de difícil transposição. A Igreja Nossa Senhora dos Navegantes é a expressão maior deste isolamento espacial.

Em 2010, através do GT 4º Distrito, foi elaborado um Termo de Referência (TR) para a contratação de uma consultoria, com o objetivo de gerar um plano específico de revitalização urbana para o Perímetro de Transição (PMPA, 2011a, p.39). Em janeiro de 2014, foi entregue à prefeitura o “Plano de Revitalização Urbana para a Área 2 - Quarto Distrito: Entorno da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes”, proposta desenvolvida pela empresa Plural Consultoria em Planejamento Territorial Ltda. Assim como aconteceu com o PR-4D, após o encerramento da Copa do Mundo de 2014, o Plano de Revitalização Urbana para a Área 2 perdeu relevância entre os assuntos da prefeitura e o mesmo nunca foi executado.

A Área 3 - Perímetro do PIEC, Arena do Grêmio e entorno, era vista como o “[...] espaço com potencialidade para grandes empreendimentos e intervenções do setor privado e do poder público (empreendimentos residenciais; continuidade da Av. 3ª Perimetral e da Av. Voluntários da Pátria; conexão com a futura BR-448; 4ª Perimetral (Av. A.J. Renner X Av. Fernando Ferrari) e futura localização do novo Complexo Multifuncional Arena do Grêmio.” (PMPA, 2009c, p.1). Ao norte desta área, localizar-se-iam os grandes empreendimentos imobiliários, pressupondo a “[...] formação de Parcerias Público Privadas - PPPs em obras de infraestrutura, qualificação dos espaços urbanos e serviços, devendo vir acompanhadas da densificação habitacional e miscigenação de usos.” (PMPA, 2009a, p.8).

A área central acomodaria os reassentamentos em conjuntos habitacionais - através do Programa Integrado Entrada da Cidade (PIEC) - e empreendimentos residenciais para a classe média, enquanto ao sul, já dentro do bairro Navegantes, era proposto a criação de um Polo de Logística e um Polo Tecnológico, junto ao DC Navegantes, IPA (Centro Universitário Metodista), e escolas técnicas (PMPA, 2009c, p.15).

O PR-4D, de 2009, caracterizava-se pela prospecção de projetos que viabilizassem obras de infraestrutura e mobilidade urbana para a região, tendo como oportunidade de financiamento - através de recursos do governo federal e fundos internacionais - a realização da Copa do Mundo de 2014. O desenvolvimento das diretrizes do PR-4D seguiram as demandas da Secretaria Extraordinária para a Copa do Mundo 2014 (SECOPA) (PMPA, 2009a, p.15), e não, necessariamente, as demandas da comunidade.

Ao final da Copa do Mundo, em 2014, seu legado se fazia pouco visível junto a área do 4º Distrito. Apesar das licitações aprovadas e contratos assinados, as obras de duplicação do “Eixo Voluntários” pouco avançaram; o Complexo do “Território da Rodoviária” continuava em obras; no “Território Arena do Grêmio”, exceto o estádio - inaugurado em dezembro de 2012 -, nada no seu entorno mudara. O “Eixo Farrapos” não passou por reforma, assim como o “Plano de Revitalização Urbana para a Área 2 - Quarto Distrito: Entorno da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes” não foi implantado.

O PR-4D continuou - disponível no site da prefeitura (GT 4º Distrito) - como referência de um projeto que já não mais existia; dormente, à espera da próxima grande ideia (ou do próximo Megaevento) para a *tão anunciada e desejada* revitalização urbana e reconversão econômica do 4º Distrito.

3 PERÍODO CONSORCIADO (2013-2016)

3.1 Projeto Desafio Porto Alegre Resiliente: 2013

Este período inicia em 2013, com a candidatura de Porto Alegre ao programa “Desafio 100 Cidades Resilientes”:

[...] uma iniciativa pioneira da filantropia internacional, do qual a cidade de Porto Alegre faz parte. O programa, lançado no ano de 2013 e gerenciado pela Fundação Rockefeller, propõe-se a financiar 100 cidades ao redor do mundo interessadas em desenvolver um plano estratégico (“Estratégia de Resiliência”) para orientar as políticas urbanas locais (MARX; ARAÚJO; SOUZA, 2019, p. 5).

É precisamente a partir da segunda década do século XXI que o recorte local ganha força, crescendo a importância, e participação, dos governos locais na fundamentação de políticas inovadoras que buscassem soluções aos problemas ambientais, sociais, culturais, institucionais e econômicos da sociedade moderna. Segundo Marx, Araújo e Souza “[...] a resi-

liência urbana expressa a ideia de que as cidades são cada vez mais o lugar do risco, ou seja, onde impactos diversos da globalização se materializam, e, ao mesmo tempo, o lugar de onde emanam as principais iniciativas para resolvê-los.” (2019, p.5).

Com a assinatura, em agosto de 2014, do memorando de entendimento do programa Desafio 100 Cidades Resilientes¹⁶, a prefeitura de Porto Alegre lançou o **Projeto Desafio Porto Alegre Resiliente** tendo como um dos seus objetivos a construção - com apoio financeiro e técnico da Fundação Rockefeller¹⁷ - de um Plano Estratégico de Resiliência (também referido em textos e artigos examinados, como Plano Estratégico, Plano de Resiliência ou Estratégia de Resiliência) para a cidade de Porto Alegre. O projeto foi realizado a partir de ação integrada entre poder público, entidades privadas e sociedade civil organizada, tendo como principais parceiros o Gabinete de Inovação e Tecnologia (INOVAPOA), a Secretaria Municipal de Governança Local (SMGL), o Gabinete de Defesa Civil (GADEC), a ONG CIU-POA (Centro de Inteligência de Porto Alegre) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Segundo Cezar Busatto, Coordenador de Resiliência de Porto Alegre (CRO), o Projeto Desafio Porto Alegre Resiliente “[...] ousou sonhar com uma cidade referência em Resiliência na América Latina até 2022, quando a capital dos Gaúchos celebra seus 250 anos.” (DESAFIO PORTO ALEGRE RESILIENTE, 2016, p.70).

Durante a construção do **Plano Estratégico de Resiliência** (PER), a área do 4º Distrito assumiu importância na proposição de soluções inovadoras frente aos grandes problemas e desafios identificados em Porto Alegre. Dentre as seis iniciativas em destaque, a primeira foi a Revitalização do 4º Distrito:

A revitalização do 4º Distrito tem como objetivo a transformação de uma região de 892 ha, que possui caráter estratégico para o fortalecimento da economia da cidade e busca promover formas de explorar o potencial acumulado

16 São signatários do programa a Prefeitura de Porto Alegre (prefeito José Fortunati), a Fundação Rockefeller (Bryna Lipper), e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (professor Luis Carlos Pinto).

17 “Tierney (2015) argumenta que a abordagem da resiliência nas políticas norte-americanas de redução de riscos de desastres possui ressonâncias com os discursos e práticas do projeto neoliberal, sendo um exemplo a diminuição do papel do Estado que é substituído por parcerias público-privadas e contratos. [...]. A análise de Tierney (2015) demonstra que o desenvolvimento da estratégia de resiliência se inclina para o setor com fins lucrativos e empresas corporativas norte-americanas globais, deixando de fora as instituições do sul global, na medida em que a plataforma é composta basicamente pelos primeiros atores.” (MARX; ARAÚJO; SOUZA, 2019, p.5).

de uma região importante do Município. Essa revitalização tem como fundamento o uso de novas tecnologias nas áreas da saúde, informação e comunicação e buscará a inclusão produtiva das populações vulneráveis, tornando a região aberta a novas oportunidades de negócios, trabalho e renda, principalmente para jovens abraçados por uma visão resiliente capaz de propiciar o enfrentamento de adversidades e de se desenvolver de forma harmônica e pacífica. A área deve representar o piloto de uma cidade que desejamos para toda Porto Alegre a partir do conjunto das outras iniciativas de suporte (Ibid., p.21).

Mais uma vez, um plano governamental de revitalização do 4º Distrito vem à tona sem nenhuma referência direta ou citação aos trabalhos já realizados e desenvolvidos em anos anteriores. Como diria Orwell, a história passa a ser contada pelos vencedores, e no caso específico de Porto Alegre, ela também inicia a partir do ponto de vista da “nova” secretaria responsável pela gerência do projeto¹⁸. Para a elaboração do PER de Porto Alegre, estavam diretamente envolvidos o Gabinete de Inovação e Tecnologia (INOVAPOA)¹⁹ e a Secretaria Municipal de Governança Local (SMGL), através de Cezar Buzatto, secretário titular da SMGL e coordenador do Núcleo Estratégico Desafio Porto Alegre Resiliente.

O foco direcionado no desenvolvimento de um cluster da saúde e no fomento à inovação e novas tecnologias - muito mais do que uma estratégia de resiliência visando atender aos interesses e as empresas locais - estava diretamente vinculado à atração de duas grandes empresas internacionais para a região do 4º Distrito: a alemã Medical Valley e a francesa Airbus. Estas parcerias haviam sido capitaneadas, desde dezembro de 2014, pela Secretaria Municipal da Fazenda (SMF), através do secretário Jorge Tonetto (DEFESA, 2015, p.1-2), e pelo Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (BADESUL) através da sua presidente, Suzana Kakuta (JORNAL DO COMÉRCIO, 2015, p.1).

18 É importante destacar que a partir de 2013, as secretarias municipais passaram por uma revisão na sua estrutura, resultando não só na mudança de nomes e funções, como também na realocação de pessoal para outros setores e departamentos. Esta reestruturação foi criticada por técnicos e funcionários, devido a perda de ‘identidade’ e o desmonte do conhecimento técnico e ‘saber consagrado’ presentes em algumas secretarias e equipes; representando, para muitos, uma estratégia deliberada de governo ao estilo ‘dividir para conquistar’.

19 Gabinete com status de secretaria, criado em 2009, tendo como principal missão desenvolver políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação. A área do 4º Distrito se destaca como uma região prioritária às ações do INOVAPOA, com a instalação da primeira incubadora de Economia Criativa da capital, em 2014, e a Lei da Inovação e Tecnologia, que prevê políticas de incentivos financeiros e fiscais.

Com o objetivo de transformar estas parcerias em âncoras do projeto de revitalização do 4º Distrito, a SMF passou, no início de 2015, a gerenciar um Grupo de Trabalho Estratégico (GT Estratégico)²⁰, “[...] com o fito de identificar e propor diretrizes para promover e otimizar ações com vistas à consolidação do desenvolvimento do 4º Distrito.” (PMPA, 2016a, p.4). Dentro destas ações, visando a viabilização econômica do plano, estava a criação de uma empresa de gestão de ativos do município (Engeapoa)²¹ para a venda de CEPACs (Certificados de Potencial Adicional de Construção):

Segundo Tonetto, outro objeto da Engeapoa serão os potenciais construtivos. [...]. Trazidos a valor presente, os índices totais da capital gaúcha equivaleriam a R\$ 16 bilhões. A ideia é repassar a administração para a nova empresa. Com isso, dentro de um planejamento voltado ao fomento do 4º Distrito, será possível criar políticas de incentivo a empresas com a doação do terreno e também dos índices. Assim, a prefeitura, por meio da empresa de gestão, receberia um retorno em dividendos anuais. “O sonho de reativar a atratividade do 4º Distrito seria dificultado se a prefeitura necessitasse extrair recursos do próprio caixa. Esse estoque de índices pode ser considerado o pré-sal de uma cidade”, justifica Tonetto (VIGNA, 2015, p.1).

Juntamente com o GT Estratégico, em 2015, foi instituído o GT Executivo do 4º Distrito, sediado junto a Secretaria Municipal de Urbanismo (SMURB). Inicialmente, os trabalhos de ambos os GTs foram subdivididos em temas relacionados à análise do Projeto @22Barcelona, Parques Tecnológicos Brasil, CEPACs, Empresa de Ativos Municipais, Cluster da Saúde e Lei de Incentivos para Inovação (PMPA, 2016a, p.2). Buscando conhecer diferentes experiências no uso de instrumentos financeiros e urbanísticos, em junho de 2015, uma comitiva de representantes da Prefeitura, Câmara Municipal e de empresários dos setores da tecnologia da informação, saúde, educação e construção civil, visitou, em Barcelona, o distrito de inovação 22@Barcelona, “[...] referência para o projeto de desenvolvimento do 4º Distrito de Porto Alegre.” (PMPA, 2016a, p.7).

Subsequentes visitas técnicas transcorreram em São Paulo e Rio de Janeiro, com o objetivo de observarem os instrumentos da Operação Urbana Consorciada (OUC) e da venda de CEPACs, utilizados em ambas

20 Grupo multidisciplinar inter-secretarial, incluindo a SMGL e a SMURB (Secretaria Municipal de Urbanismo).

21 Posteriormente mudou-se o nome para InvestePOA (Empresa de Gestão de Ativos do Município).

as cidades (e.g.: Operação Urbana Faria Lima, SP; Operação Urbana Água Branca, SP; Operação Urbana Porto Maravilha, RJ)²². O instrumento de Projeto Consorciado, criado em 2001, pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) com o nome de Operações Urbanas Consorciadas, sinalizou a possibilidade de elaboração de uma lei diferenciada - uma lei própria - para o desenvolvimento de áreas específicas da cidade. Representou também, um mecanismo de flexibilização dos regimes urbanísticos contidos nos Planos Diretores, com a modificação de índices e características de parcelamento, o uso e a ocupação do solo, e a alteração de normas de edificação (MONTANDON e SOUZA, 2007). O 2º PDDUA, de 1999, já admitia esta possibilidade, através dos Projetos Especiais - Empreendimento de Impacto Urbano de Segundo Nível (Art.62, Capítulo V) (PMPA, 2000, p.51). Na sua revisão, de 2010 (L.C. nº 646, de 22 de julho), a área do 4º Distrito aparece nominada para um Projeto Especial de Impacto Urbano de 3º grau - OUC -, como espaço de revitalização urbana com reconversão econômica²³.

A OUC ainda possibilita de emissão de CEPACs (Certificados de Potencial Adicional de Construção) “[...] como maneira de antecipar a contrapartida oriunda do benefício concedido e a vinculação dos recursos obtidos ao programa de obras da operação urbana.” (MONTANDON e SOUZA, 2007, p.78). Bienenstein, Sousa e Bienenstein (2018, p.4), definem os CEPACs como:

[...] títulos mobiliários, regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que podem ser negociados no mercado. Correspondem à contrapartida dos proprietários, usuários permanentes ou investidores adquirentes do potencial adicional de construção. O título desvincula a posse do terreno do potencial construtivo, ou seja, do direito adicional de construir já que qualquer um pode comprar o título, independentemente de ter ou não um lote, “gerando um novo tipo de especulação imobiliária financeirizada”.

22 Montandon e Souza definem a OUC como “[...] instrumento de transformação estrutural de uma porção da cidade, promovida basicamente por meio da parceria entre o poder público e o investimento privado (2007, p.78).

23 “Subseção IV - Das Áreas de Revitalização. Art.83, inciso V - **4º Distrito** - compreende parte dos Bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes e Humaitá, destacado nas estratégias do PDDUA de estruturação urbana, qualificação ambiental, promoção econômica e produção da Cidade como espaço de **revitalização urbana com reconversão econômica**; [...]” (PMPA, 2011b, p.83) (grifo nosso). “Art. 153. Em prazo exequível, o Executivo Municipal apresentar. Projeto Especial de Impacto Urbano de 3º Grau - **Operação Urbana Consorciada - para a revitalização do 4º Distrito**, visando à obtenção de recursos.” (PMPA, 2011b, p.151) (grifo nosso).

Vários autores (VAINER, 2000b; OLIVEIRA, 2016; BIENENSTEIN; SOUSA; BIENENSTEIN, 2018; MARX; ARAÚJO; SOUZA, 2019), veem com ceticismo a utilização destes instrumentos - quando usados sobretudo como forma de captação de recursos através de parcerias público-privadas -, uma vez que os mesmos podem ocasionar a desregulamentação do uso e ocupação do solo, induzindo à um processo de gentrificação generalizada (WAGNER, 2017) com a perda do controle da gestão do território pelo Estado, apontando, assim, para um processo de privatização da cidade:

Em outras palavras, este instrumento está alinhado ao avanço do ideário neoliberal, que promoveu o desmonte do Estado, trazendo constrangimentos financeiros às cidades, reforçando a flexibilização das legislações urbanas e passando a compreender a gestão da cidade nos moldes empresariais (BIENENSTEIN; SOUSA; BIENENSTEIN, 2018, p.3).

Tendo como objetivo a utilização destes instrumentos para o desenvolvimento do 4º Distrito, a PMPA instituiu: a) o InvestePOA (Empresa de Gestão de Ativos do Município), “tendo em vista a venda de CEPACs²⁴ para a região e a possibilidade da emissão de debentures da dívida pública na bolsa de valores [...]” (OLIVEIRA, 2016, p.91); b) um projeto de lei de incentivo fiscal e isenção de impostos para empresas de base tecnológica, inovadoras e de economia criativa que venham se instalar na região; e c) a elaboração de um Projeto Consorciado para o 4º Distrito - uma Operação Urbana Consorciada para a Revitalização Urbana e Reconversão Econômica da região.

A referência à proposição de um Projeto Consorciado para o 4º Distrito, através de um Masterplan, se faz também presente na terceira alteração do Plano Plurianual do Município de Porto Alegre, quadriênio 2014-2017 (incluindo alterações até o dia 31 de dezembro de 2015), junto ao Programa - Desenvolvimento com Inovação: “Ação: 2389 - Plano de Desenvolvimento Estratégico do 4º Distrito. Descrição: Elaborar planos, programas e ações com vistas ao detalhamento e à implantação do **Masterplan do 4º Distrito** e ao desenvolvimento estratégico dele para os próximos 20 anos.” (PMPA, 2015b, p.58) (grifo nosso).

24 “Embora a venda de CEPACs pareça ser a fórmula para o sucesso de uma OUC, experiências como a do Porto Maravilha no Rio de Janeiro demonstram que o setor privado não tem o interesse necessário para deslanchar uma operação deste porte. Neste caso, todos os CEPACs foram comprados pela Caixa Econômica Federal, ou seja, pelo setor público.” (OLIVEIRA, 2016, p.91).

3.2 Masterplan do 4º Distrito: 2016

Os primeiros estudos para a elaboração de um masterplan para o 4º Distrito, foram inicialmente produzidos pelo GT Executivo do 4º Distrito, durante o segundo semestre de 2015²⁵, e apresentados à Câmara dos Vereadores em 18 de dezembro de 2015, durante o 1º Seminário para o Desenvolvimento do 4º Distrito. Segundo um representante do setor público entrevistado, esta primeira apresentação de um ‘Plano Base’, junto à Câmara dos Vereadores, buscava o aval político para a elaboração de um plano diretor específico para a área: a Operação Urbana Consorciada **4º Distrito**. Nas palavras do vice-prefeito, Sebastião Melo, “queremos ter um plano diretor que possa inspirar outros bairros. Pensamos em fazer uma dosagem do uso do solo urbano para atrair investimentos do setor privado em infraestrutura.” (PMPA, 2016a, p.18).

Após o aval político estabelecido - e referendando o anunciado pelo vice-prefeito -, agora era necessário atrair os investidores do setor privado, promovendo a área como um potencial para investimentos lucrativos. Segundo os próprios estudos realizados pela prefeitura (GT Estratégico e GT Executivo do 4º Distrito), o próximo passo seria a contratação de uma consultoria responsável tanto pela definição de um plano urbanístico específico para a área, como por um estudo de potencial construtivo, visando a prospecção de parcerias público-privadas e a atração de investimentos nacionais e internacionais. Tendo como discurso uma ação resiliente, o slogan era transformar o 4º Distrito no lugar mais inovador da América Latina²⁶. Segundo Marx, Araújo e Souza “esta estratégia liga-se ao que Vainer (2002) chama de marketing urbano: a cidade como uma mercadoria a ser exposta de forma a atrair os investidores, principalmente os internacionais - o que está ligado à ideia da transferência de modelos.” (2019, p.7).

Em 31 de março de 2016, foi assinado o “Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o Município de Porto Alegre e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com interveniência da Fundação Empresa-escola de Engenharia da UFRGS (FEENG), visando o **Desenvolvimento do Master Plan de Revitalização Urbana para o 4º Distrito de Porto Alegre vinculado à Reconversão Econômica de Região**.” (PMPA, 2016b, p1). Segundo as cláusulas primeira e segunda do Contrato de Prestação de

25 Em outubro de 2015, Josep Piqué, vice-presidente da Associação Internacional de Parques Científicos e Tecnológicos (Iasp) e Secretário de Crescimento Econômico e Inovação de Barcelona, visitou Porto Alegre e avaliou os estudos elaborados pelo GT Executivo do 4º Distrito (PMPA, 2016a, p.6).

26 Slogan que faz parte do folder promocional do Masterplan. <www.4distrito.portoalegre.rs.gov.br> Acesso em: 9 ago. 2018.

Serviços (Ibid, p.2-5), o objeto da contratação - o Desenvolvimento do Masterplan - abrangia a elaboração de 6 produtos: i) Masterplan; ii) Simulação do Potencial Construtivo; iii) Estrutura de Mobilidade; iv) Caracterização, Adaptação e Complementação de Redes de Infraestrutura; v) Redação da Minuta de Lei Complementar Municipal; e vi) Transferência de Tecnologia / Capacitação.

A quarta cláusula, responsável pela vigência do contrato, especificava um prazo de vigência do mesmo de 6 (seis) meses, porém, o prazo para a entrega final da prestação dos serviços, bem como dos seis produtos detalhados acima, seria de apenas 4 (quatro) meses, “[...] contando a partir da assinatura do presente instrumento [...]” (Ibid., p.6). Sendo 2016 um ano eleitoral, é possível conjecturar que a pressa na entrega desse grupo de produtos - de tamanha complexidade -, em exíguos 4 meses de trabalho, deva-se, entre outras coisas, ao desejo do governo municipal de usar o mesmo como uma promessa de campanha, uma vez que o vice-prefeito, Sebastião Melo (gestão 2013-2016), buscava sua eleição para prefeito no pleito de outubro. Entretanto, devido ao não pagamento em dia da parcela inicial de entrada, e razões vinculadas à viabilidade do masterplan, o contrato e prazo de vigência foram prorrogados - através de um Termo Aditivo de Contrato (PMPA, 2016c, p.3) - por um período de mais 3 (três) meses, com término em 29 de dezembro de 2016 (Ibid., p.6).

O Termo Aditivo, de 30 de setembro de 2016, também redefinia um novo perímetro para inclusão de produtos a serem entregues no masterplan, incluindo um Polígono de Adesão Experimental - referido também como Setor Experimental (Figura 10.) - onde quadras²⁷ do Setor Oeste do 4º Distrito estariam sujeitas a uma regulamentação urbanística diferenciada, a ser incluída na Minuta de Lei Complementar Municipal.

Entregue ao prefeito José Fortunati, no dia 21 de dezembro de 2016, o **“Masterplan do 4º Distrito de Porto Alegre: Revitalização Urbana e Reconversão Econômica”** (MASTERPLAN-4D) delimitou a sua ação sobre o território do 4º Distrito à uma área total de 581.3ha, referida como ‘Polígono de Adesão’. Esta área compreendia a totalidade dos bairros Navegantes, São Geraldo, Floresta, e parte dos bairros Marcílio Dias e Humaitá, tendo como seu limite norte o traçado da nova ponte sobre o Guaíba e a Rua Dona Teodora (Figuras 11.):

27 Estas quadras, também referidas no MASTERPLAN-4D como “Quadras Rápidas”, eram vistas, e desejadas, pelos investidores do setor imobiliário, como áreas de grande potencial construtivo, devido às generosas dimensões dos terrenos ali localizados e ao reduzido número de proprietários envolvidos.

A Operação Urbana Consorciada 4º Distrito²⁸ envolve modificações na região delimitada por um polígono de adesão de 581.3ha onde hoje residem 28 mil porto-alegrenses e trabalham 85 mil pessoas. Um dos objetivos da OUC 4D é aumentar a população residente para 120.000 habitantes e promover uma infraestrutura de grandes equipamentos, espaços públicos de qualidade e habitações de interesse social (NTU-UFRGS, 2017, p.10).

No interior do Polígono de Adesão, com uma área de 341.9ha - tendo a Av. Farrapos como seu divisor leste - localizou-se o já referido Setor Experimental, com grandes possibilidades de adensamento e potencial de renovação (NTU-UFRGS, 2016, p.28), devido às generosas dimensões dos terrenos ali localizados:

O Polígono de Adesão contém uma região de 341.9ha nomeada Setor Experimental, região degradada, **pouco ocupada e com potencial de rápida transformação**. No Setor Experimental a OUC 4D prevê que a população residente, hoje de 9.664 habitantes, atinja 60.000 pessoas (NTU-UFRGS, 2017, p.10) (grifo nosso).

Segundo Clarice de Oliveira (2016), o discurso propagado por parte dos envolvidos no projeto, e reforçado pela mídia local, de que a região do 4º Distrito seria uma região pouco ocupada e um lugar sem vida, seria mais uma tentativa de legitimar um processo velado de gentrificação generalizada. Uma estratégia articulada entre os poderes público e privado para a financeirização do seu potencial construtivo. Segundo análise realizada pela autora²⁹, este argumento não se sustenta:

Sobre a disseminação da ideia de revitalização para legitimar

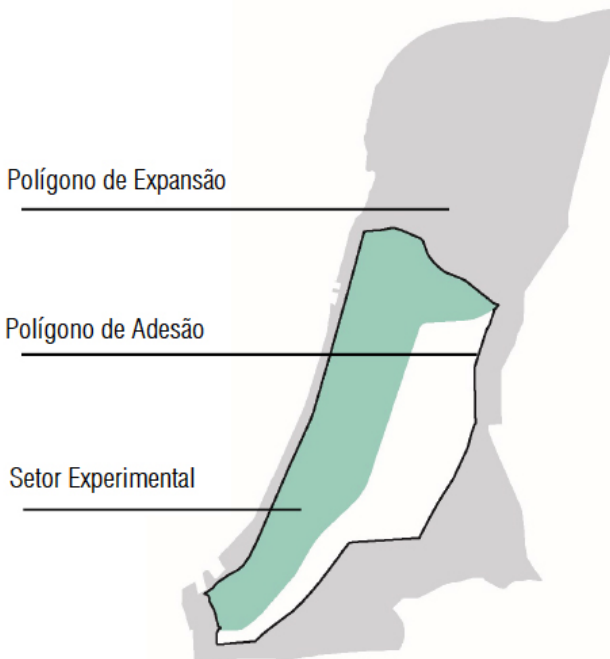
28 A despeito de não ter se concretizado institucionalmente - uma vez que a sua Minuta de Lei Complementar ainda não foi aprovada como lei municipal -, o MASTERPLAN-4D se caracteriza como uma Operação Urbana Consorciada, segundo declara o Coordenador do projeto: “Coordenador do projeto Masterplan de Revitalização Urbana e Reconversão Econômica do 4º Distrito, o arquiteto e doutor em Urbanismo Benamy Turkienicz afirma que o plano é o que se chama de operação urbana consorciada, no qual um consórcio de proprietários se une a investimentos privados, com a intermediação por parte do poder público, em uma espécie de Parceria Público-Privada (PPP).” (Fonte: Jornal Zero Hora. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2016/12/revitalizacao-do-4-distrito-preve-desapropriacoes-em-cinco-bairros-8843370.html>> Acesso em 27 set. 2017).

29 A esse respeito ver: OLIVEIRA, Clarice M. de. Cidades artificiais: um estudo exploratório do projeto urbano Porto Alegre 4D. In: **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v.3, n.1, p.77-99, jun. 2016.

o projeto Porto Alegre 4D, vale ressaltar essa não é uma região vazia e sem vida. [...] [...], sim, a área tem uma ocupação mais rarefeita e apresenta alguma parcela de lotes desocupados, mas não configura um vazio urbano (OLIVEIRA, 2016, p.87).

Devido precisamente a esta percepção, de uma área “[...] pouco ocupada e com potencial de rápida transformação.” (NTU-UFRGS, 2017, p.10), as estratégias propostas pelo MASTERPLAN-4D se concentraram nos quarteirões do cobijado Setor Experimental, através de cinco Projetos de Intervenção Urbana (PIU)³⁰ - dispostos sobre a extensão de quatro segmentos (clusters). Estes clusters estariam interligados por uma via estruturadora - disposta no sentido norte-sul -, referida como ‘Via da Inovação’, e organizados seguindo as funções de: Interatividade; Arte e Ciência; Tecnologia e Indústria; e Saúde e Bem Estar.

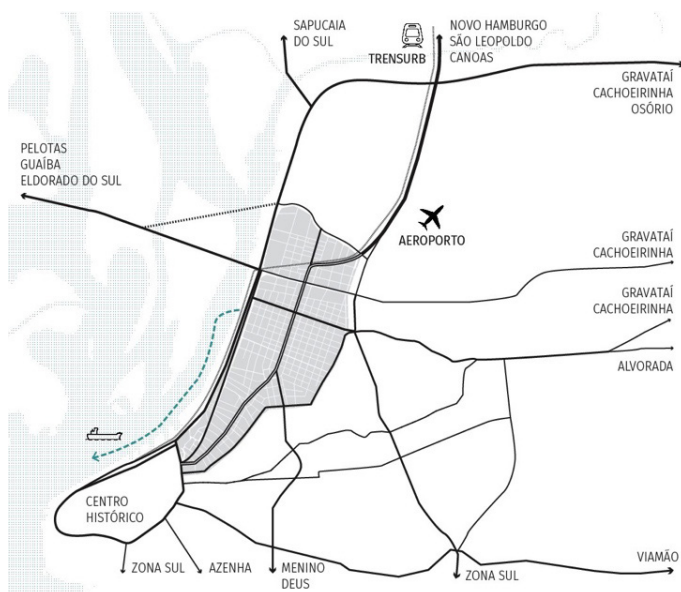
Figura 10 - Demarcação das áreas nomeadas “Polígono de Expansão”, “Polígono de Adesão”, e “Setor Experimental”, determinadas pelo plano MASTERPLAN-4D de 2016



Fonte: (NTU-UFRGS, 2017, p.10).

30 Dentre os cinco PIU, encontram-se: Centro Comercial Estação Farrapos; Terminal Intermodal Cairú; Parque Linear Elevado; Praça das Artes; e Centro Administrativo Municipal.

Figura 11 - Localização da área denominada “Polígono de Adesão”, determinada pelo plano MASTERPLAN-4D de 2016



Fonte: (NTU-UFRGS, 2017, p.5).

Parte da estratégia para a implementação dos PIU refere-se às chamadas ‘Quadras Rápidas’. Estas quadras, consideradas rápidas por permitirem um processo acelerado de transformação, seriam “[...] quadras, ou até mesmo conjunto de quadras, que por pertencer a um mesmo proprietário ou por apresentar edificações sem uso de grande porte, teriam um alto potencial de transformação no curto prazo.” (OLIVEIRA, 2016, p.92). Outra estratégia prevista no plano, foi a elaboração do modelo de Transferência do Potencial Construtivo (TPC), funcionando em conjunto com a construção de Consórcios de Quadras. Este conceito de Quadras Consorciadas se refere, sobretudo, às quadras rápidas, uma vez que seriam estas áreas os “[...] motores na transformação do bairro.” (NTU-UFRGS, 2017, p.10), e o principal objeto de desejo do setor imobiliário devido ao seu rápido potencial de transformação. Este modelo de Transferência do Potencial Construtivo, associado ao conceito de Quadras Consorciadas, constitui-se em um componente importante nas negociações entre o setor imobiliário e o setor público, que passa a ver o 4º Distrito - sobretudo seu Setor Experimental - como um grande ativo a sua disposição ou, como mencionado pelo secretário municipal da fazenda, Jorge Tonetto, em 2015: “Esse estoque de índices pode ser considerado o pré-sal de uma cidade.” (VIGNA, 2015, p.1).

Para demonstrar seu potencial de renovação construtivo, o plano do

MASTERPLAN-4D, disponibilizado nos sites da PMPA (NTU-UFRGS, 2016) e do SINDUSCON-RS (NTU-UFRGS, 2017), apresentou simulações das modelagens possíveis para algumas das quadras selecionadas. Além das modelagens, foram organizadas oficinas com os proprietários de grandes terrenos no 4º Distrito³¹, com o objetivo de apresentar e discutir este modelo:

Durante a elaboração do projeto, foram realizadas apresentações, workshops e debates envolvendo os modelos e conceitos propostos. [...]. Oficinas com proprietários de grandes terrenos no 4D foram realizadas com o intuito de testar o modelo de Transferência do Potencial Construtivo (TPC) e constituição de consórcios de quadras. As recomendações originadas nestes encontros foram total ou parcialmente incorporadas na versão final do Masterplan (NTU-UFRGS, 2017, p.14).

Assim, corroborando com a visão de outros autores (OLIVEIRA, 2016; MARX; ARAÚJO; SOUZA, 2019), é possível argumentar que o plano governamental Masterplan do 4º Distrito de Porto Alegre: Revitalização Urbana e Reconversão Econômica (MASTERPLAN-4D), de 2016, representa, principalmente, um projeto para o mercado imobiliário. Um plano desenvolvido às pressas (visando, entre outras coisas, as eleições de outubro de 2016); baseado na flexibilização do regime urbanístico da região (através do instrumento da Operação Urbana Consorciada), e tendo, como principal objetivo, criar atrativos para a indústria da construção civil em troca da venda de potenciais construtivos.

O quadro a seguir (Quadro 1.) apresenta um resumo da sistematização proposta, indicando os eventos e as características específicas de cada período representativo.

31 Verdadeiros “latifúndios urbanos”, como se refere um dos entrevistados: “O jogo de interesses é muito grande. Existem latifúndios enormes aqui. Proprietários que estão a muitos anos amornando suas terras para se valorizarem; para que grandes empreendimentos venham, e resolvam a sua vida. Sem se importarem de que forma isso vai escoar para o território.” (Entrevista com empresário local).

Quadro 1 - Períodos representativos dos planos e ações governamentais para a reestruturação urbana do 4º Distrito de Porto Alegre durante as últimas três décadas (1991 - 2021)

Período	Ano	Evento	Características do Período
Tecnológico	1995-2004	Projeto Porto Alegre Tecnópolis	• Ênfase na questão tecnopolitana e na criação de polos tecnológicos; • Redirecionamento deste potencial para a revitalização urbana e reconversão econômica do território; • A identificação do 4º Distrito como um polo de competências eletroeletrônico; • Fomento à pequena e média empresa; • Formulação de programas de apoio às micros, pequenas e médias empresas e cooperativas.
	1998	Projeto Integrado TEC do 4º Distrito	
	2002-2004	Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito	
Copa do Mundo	2006	Criado o Grupo de Trabalho do 4º Distrito	• Visava viabilizar obras de infraestrutura e mobilidade urbana tendo como horizonte a Copa do Mundo de 2014; • Falta de uma estratégia clara de reconversão econômica para a área; • Fomento à grande empresa; • Formulação de programas de parceria público-privada, como o principal eixo de intervenção e negociação do governo.
	2007	Formalização do Brasil como sede da Copa de 2014	
	2009	Plano de Revitalização do 4º Distrito	
Consortiado	2013-2016	Projeto Desafio Porto Alegre Resiliente	• Reestruturação das secretarias municipais; • Elaboração do Plano Estratégico de Resiliência de Porto Alegre, tendo a reconversão do 4º Distrito como prioridade; • Fomento à atração de investimentos privados e a criação de uma empresa de gestão de ativos do município; • Utilização do instrumento Operação Urbana Consorciada para a flexibilização do regime urbanístico e venda de potencial adicional de construção.
	2016	Masterplan do 4º Distrito	

Fonte: Quadro desenvolvido pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação permitiu, através de coleta e análise, o resgate e a caracterização dos planos e projetos governamentais de reestruturação urbana propostos para a área do 4º Distrito de Porto Alegre. Através desta classificação, foi possível organizar as propostas identificadas em 3 diferentes períodos, representativos tanto de posições político-ideológicas, como das dinâmicas econômicas e espaciais que preconizavam. O primeiro período, Tecnológico - de 1995 a 2004 -, se caracterizava pela ênfase na questão da modernização produtiva e da inovação tecnológica como ferramenta para a revitalização urbana e reconversão econômica da região, através do fomento a pequenas e médias empresas do setor eletroeletrônico localizadas nos bairros São Geraldo, Navegantes e Floresta. Nesta ocasião, o 4º Distrito foi identificado como uma área de grande potencial para a implantação de uma tecnópole através de um parque tecnológico urbano.

O segundo período, Copa do Mundo - entre 2006 e 2009 -, não apresentava uma clara estratégia de reconversão econômica para a região, prospectando apenas oportunidades de financiamento, através de recursos do governo federal e fundos internacionais, para obras de infraestrutura e mobilidade urbana, tendo como horizonte a realização da Copa do Mundo de 2014. Caracterizou-se pelos efeitos do neoliberalismo nas políticas públicas, através de ações voltadas, preferencialmente, ao apoio às grandes empresas e a formulação de programas de parceria público-privada como o principal eixo de intervenção e negociação do município.

Já o terceiro período, Consorciado - de 2013 a 2016 -, é marcado por intensificar a participação privada no aporte de capitais para o financiamento das políticas públicas, através da criação de fundos de investimentos e da venda de potencial adicional de construção como principais estratégias para a revitalização urbana e reconversão econômica da região, porém, com um maior poder de flexibilização dos regimes fiscais e urbanísticos propiciado pelo instrumento da Operação Urbana Consorciada. Mesmo sendo um instrumento - instituído pelo Estatuto da Cidade - que tem como objetivo a busca pela justiça social e a viabilização do direito de todos à cidade formal, outros exemplos de OUCs (e.g.: Operação Urbana Faria Lima, SP; Operação Urbana Água Branca, SP; Operação Urbana Porto Maravilha, RJ; Operação Urbana Rio das Pedras, RJ) já demonstraram sua ineficácia como instrumento legal na justa distribuição dos ônus e bônus das transformações urbanas (FIX, 2000).

Outra constatação da pesquisa, referente aos diferentes períodos representativos destas ações, está na falta de continuidade das suas políticas, planos e projetos. A velha prática da descontinuidade emerge a

cada troca de gestão que represente um novo partido político à frente do governo municipal. Projetos são interrompidos, planos são abandonados, conhecimentos e informações são esquecidos. Constantes reformulações junto às secretarias e departamentos - com a troca de nomes e o desmonte do conhecimento técnico e 'saber consagrado' das equipes - faz com que "novos" projetos sejam reinventados a partir da estaca zero, sem nenhuma referência ou articulação com a história e o conhecimento adquirido através de planos e propostas passadas. Assim, a população perde; o 4º Distrito perde; e a cidade perde.

REFERÊNCIAS

- ALBANO, Maria Tereza Fortini (Org.). *Revitalização urbana no 4º Distrito em Porto Alegre: Consolidação dos conteúdos que referenciam a formulação de um Projeto Ambiental*. Porto Alegre, nov. 2001.
- BIENENSTEIN, Glauco; SOUSA, Daniel Mendes Mesquita de; BIENENSTEIN, Regina. Urbanização de Rio das Pedras: por que uma Operação Urbana Consorciada? *Seminário de Pesquisa*, PPGAU, UFF, 2018. Disponível em: <http://nephu.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/457/2019/07/Artigo-PPGAU-OUC-Rio-das-Pedras_Glauco_Final_18_11-1.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2019.
- BRASIL. *Estatuto da Cidade*. Dispositivos Constitucionais, Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, Vetos Presidenciais, Lei no 6.766, de 19 de dezembro de 1979, Lei no 8.245, de 18 de outubro de 1991, Decreto no 5.790/2006, Índice Temático. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.
- CRUZ, Milton. *O impacto da Participação Social no processo de elaboração da Política de Planejamento Urbano de Porto Alegre: Uma análise comparativa entre o processo de formulação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - 1º PDDU (1979) e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental - PDDUA (1999)*. Porto Alegre, 2006, 192f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, 2006.
- DAMASIO, Cláudia Pilla. Uma proposta de simplificação, flexibilização, negociação e participação popular. *PMPA-SPM*, Porto Alegre, [20--]. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/spm2/5.htm>> Acesso em: 6 ago. 2017.
- DEFESA. Airbus vai se instalar em Porto Alegre. Grupo Edefa S.A., 26 de maio de 2015. Disponível em: <<https://www.defensa.com/edio-brasil/airbus-vai-instalar-em-porto-alegre>> Acesso em: 3 de set. 2015.

- DESAFIO PORTO ALEGRE RESILIENTE. 100 Resilient Cities. Porto Alegre, 2016.
- FIX, Mariana. A fórmula mágica da parceria público-privada: operações urbanas em São Paulo. *Cadernos de Urbanismo*, nº 3. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2000.
- HAUSER, Ghissia. *Alternativa Ambiental para um Parque Tecnológico na Região Metropolitana de Porto Alegre: A Redescoberta de Navegantes*. Trabalho de conclusão do
- Curso de Pós-graduação em Formação Ambiental da Facultad Latinoamericana de Ciencias Ambientales (FLACAM), La Plata, Argentina, 1995.
- HAUSER, Ghissia (Coord.). *Parque tecnológico urbano do 4º distrito*. Porto Alegre: Nova Prova, 2004a.
- _____. Parque Tecnológico Urbano do IV Distrito de Porto Alegre. In: HAUSER, Ghissia; ZEN, Aurora Carneiro (Orgs.). *Parques tecnológicos: um debate em aberto*. Porto Alegre: Nova Prova, p.81-82, 2004b.
- HAUSER, Ghissia; MORAES, José L.V.; RECH, César. Estruturação do circuito de tecnologia da região de potencial tecnológico de Navegantes. In: VII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas, 1997, Salvador. *Anais...*, p.22-27, Brasília: 1997.
- HAUSER, Ghissia; ZEN, Aurora; LOPES, Rodrigo. O programa Porto Alegre Tecnólope e o desenvolvimento tecnológico regional. In: HAUSER, Ghissia; ZEN, Aurora Carneiro (Orgs.). *Parques tecnológicos: um debate em aberto*. Porto Alegre: Nova Prova, p.43-54, 2004.
- JORNAL DO COMÉRCIO. Implantação de cluster da saúde avança no Rio Grande do Sul: Iniciativa segue modelo alemão com a participação de diversos setores. Porto Alegre, 12 de agosto 2015. Disponível em: <<http://jcrs.2cloud.com.br/site/noticia.php?codn=204815>> Acesso em: 20 nov. 2016.
- MARX, Vanessa; ARAÚJO, Gabrielle de; SOUZA, Vitoria Gonzatti de. Estratégia global-local e reflexos no 4º Distrito de Porto Alegre. In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal. *Anais...*, p.1-22, 2019.
- MONTANDON, Daniel Todtmann; SOUZA, Felipe Francisco de. *Land Readjustment e Operações Urbanas Consorciadas*. São Paulo: Romano Guerra, 2007.
- NTU-UFRGS (Núcleo de Tecnologia Urbana - Universidade Federal do Rio Grande do Sul). *Masterplan - 4º Distrito: Revitalização Urbana e Reconversão Econômica*. Porto Alegre, p.1-79, 21 dez. 2016. Disponível em: <http://4distrito.portoalegre.rs.gov.br/sites/default/files/Masterplan_

4Distrito.pdf> Acesso em: 22 nov. 2017.

_____. *Masterplan 4D - Operação Urbana Consorciada para Revitalização Econômica do 4º Distrito de Porto Alegre*. Porto Alegre, p.1-14, 2017. Disponível em: <http://sindusconrs.com.br/premium2017/assets/.../PREMIO_SINDUSCON_NTU.pdf> Acesso em: 22 nov. 2017.

OLIVEIRA, Clarice M. de. Cidades artificiais: um estudo exploratório do projeto urbano *Porto Alegre 4D*. In: *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, v.3, n.1, p.77-99, jun. 2016.

PIQUÊ, Jorge. Prefácio. In: BEM, Judite Sanson de; BORGES, Maria de Lourdes; ARAUJO, Margarete Panerai; WAISMANN, Moisés (Orgs.). *Porto Alegre: o despertar do 4º distrito*. Canoas, RS: Unilasalle, p.7-13, 2017.

PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). *Plano plurianual 1994-1997, Lei N° 7.290*. Porto Alegre, 1993.

_____. *Plano plurianual 1998-2001, Lei N° 8.022*. Porto Alegre, 1997.

_____. *Projetos Integrados TEC 4: Projeto de modernização produtiva e inovação tecnológica no 4º Distrito - “Desafios para a construção de um habitat de inovação”*. Porto Alegre, dez. 1998.

_____. *Qualificação do espaço público*. GT 4º Distrito, [200-]. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=150>. Acesso em: 23 jun. 2015.

_____. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental*. Secretaria do Planejamento Municipal. PDDUA. Lei Complementar 434/99. Porto Alegre: Corag, 2000.

_____. *Plano plurianual 2002-2005, Lei N° 8.748*. Porto Alegre, 2001.

_____. *Plano plurianual 2006-2009 - Retificativa, Lei N° 9.814*. Porto Alegre, 2005.

_____. *Programa Porto do Futuro. Ação: Revitalização do 4º Distrito. Projetos estratégicos*. Secretaria do Planejamento Municipal, 2009a. Disponível em: < http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/projetos_estrategicos_parte_1.pdf> Acesso em: 8 mar. 2013.

_____. *Programa Porto do Futuro. Ação: Revitalização do 4º Distrito. Área 2- Limites e potencialidades*. Secretaria do Planejamento Municipal, 2009b. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/parte_3_-area_2.pdf> Acesso em: 8 mar. 2013.

_____. *Programa Porto do Futuro. Ação: Revitalização do 4º Distrito. Área 3- Limites e potencialidades*. Secretaria do Planejamento Municipal, 2009c.

Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/projetos_globais.pdf> Acesso em: 8 mar. 2013.

_____. *Relatório de Atividades de 2010*. Gabinete do Prefeito. Porto Alegre, 2011a.

_____. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental - Revisão 2010*. Secretaria do Planejamento Municipal. PDDUA. Lei Complementar 646/10. Porto Alegre, 2011b.

_____. *Orçamento Participativo de Porto Alegre: 25 Anos*. Porto Alegre, 2015a.

_____. *Plano plurianual 2014-2017 - 3ª Alteração*, Lei Nº 11.939 e 11.983. Porto Alegre, 2015b.

_____. *Relatório GT Estratégico 4D*. Coordenação: Secretário Jorge Tonetto, 2016a. Disponível em: <<http://4distrito.portoalegre.rs.gov.br/sites/default/files/Relatorio-GT-ESTRATEGICO-4D.pptx>> Acesso em: 14 ago. 2019.

_____. *Contrato de prestação de serviços visando o desenvolvimento do Master Plan de Revitalização Urbana para o 4º Distrito de Porto Alegre vinculado à Reconversão Econômica da Região*. Secretaria Municipal de Urbanismo, 2016b. Disponível em: <https://cnc.procempa.com.br/cnc/PublicTempStorage/contrato_2016_614611662316.pdf> Acesso em: 16 ago. 2019.

_____. *Termo aditivo ao contrato de prestação de serviços para desenvolvimento do Master Plan de Revitalização Urbana para o 4º Distrito de Porto Alegre vinculado à Reconversão Econômica da Região*. Secretaria Municipal de Urbanismo, 2016c. Disponível em: <https://cnc.procempa.com.br/cnc/PublicTempStorage/contrato_2016_629187205539.pdf> Acesso em: 16 ago. 2019.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, p.75-103, 2000b.

VIGNA, Rafael. Revitalização do 4º Distrito está mais próxima: Um dos primeiros passos, segundo a prefeitura de Porto Alegre, será criar uma empresa para a gestão de ativos. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 6 de julho de 2015. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=201446>> Acesso em: 3 dez. 2015.

WAGNER, Cesar. A nova construção de um fenômeno global: O processo da gentrificação generalizada no contexto atual das políticas públicas urbanas. In: XII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, 2017, Porto Alegre. *Anais...*, p. 8498-

8509, Porto Alegre: 2017.

Submetido em 30/11/2021

Aceito em 30/06/2022